

AUTARQUIAS

Mais de 10% das empresas municipais estão ilegais

São 31 as empresas municipais que não cumprem os critérios do Governo e que ainda se mantêm em funções. As câmaras deveriam ter deliberado a dissolução até Março, mas em vários municípios isso não aconteceu

CONHEÇA QUATRO EXEMPLOS DIFERENTES



Ricardo Rio vê vantagens em poder fazer a programação do Theatro através da empresa municipal.

[Internalizar a empresa] iria criar algumas entropias no desenvolvimento da parte da programação.

RICARDO RIO
Presidente da câmara de Braga



Ricardo Rodrigues extinguiu as três empresas que estavam ilegais em Vila Franca do Campo.

Todas as empresas que cumprem os critérios para a extinção estão a ser liquidadas.

RICARDO RODRIGUES
Presidente da câmara de Vila Franca do Campo



Carlos Pinto de Sá diz que extinguiu várias empresas, mas a HabÉvora não está entre as eleitas.

Para já, a HabÉvora vai manter-se. Vamos fazer uma análise completa e depois decidir o que fazer.

CARLOS PINTO DE SÁ
Presidente da câmara de Évora



Jorge Pulido Valente decidiu extinguir a empresa Expobeja mas a Assembleia não deixou.

Iniciámos o processo para a extinção (...) mas a Assembleia Municipal chumbou-a.

JORGE PULIDO VALENTE
Ex-presidente da câmara de Beja

BRUNO SIMÕES*
brunosimoes@negocios.pt

Dezenas de municípios não respeitaram a nova lei do sector empresarial local que, segundo o Executivo, já fechou 114 empresas. O **Negócios** analisou os dados do Anuário Financeiro dos Municípios e concluiu que, das 111 empresas que não cumprem os critérios da lei, 31 continuam em funções, sem que as respectivas câmaras tenham deliberado a sua extinção até à data-limite de 28 de Fevereiro. As 31 empresas em situação ilegal representam 11,7% do universo de 266 empresas analisadas. E 28% das entidades que, à luz dos critérios legais, deveriam ter sido extintas.

A lei do sector empresarial local, publicada ainda em 2012, apresenta quatro critérios de sustentabilidade que as empresas devem cumprir para poderem manter-se em funcionamento: ter vendas superiores a metade dos gastos; os subsídios da câmara não podem valer mais de

50% das receitas; e os resultados operacional e líquido não podem ter sido negativos nos últimos anos. Basta um destes critérios não ser respeitado para a empresa ser obrigada a fechar portas.

De acordo com o anuário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, 111 empresas (em 266) cumpriam pelo menos um dos critérios que obrigava à extinção. O **Negócios** analisou cada uma dessas empresas e contactou todas os municípios daquelas que não tinham informação pública disponível. A maioria das entidades foi efectivamente extinta, mas 31, ou seja 11,7% deste universo, não decidiram a dissolução no tempo previsto. De acordo com o secretário de Estado da Administração Local, António Leitão Amaro, as câmaras tinham seis meses (até 28 de Fevereiro) para deliberar a extinção.

Segundo o levantamento do **Negócios**, houve diferentes razões para as 31 empresas em causa não terem sido extintas: diversos municípios

optaram, por exemplo, por alterar os estatutos das empresas tentando, assim, torná-las legais. Foi isso que aconteceu na empresa Sabugal+, que não respeita dois critérios, explicou o presidente, António Robalo (PSD). "Fizemos transformações na empresa para que ela cumpra os critérios. Sabemos que a lei exige a extinção, mas temos 34 trabalhadores e uma empresa sem dívida. Se fechássemos perdíamos agilidade".

O mesmo acontece na empresa municipal Theatro Circo, que gere o teatro homónimo. O autarca de Braga, Ricardo Rio (PSD) está a par do incumprimento, mas sublinha: "É indiscutível que, como é um equipamento cultural, nunca será auto-sustentável". Estão em curso "diligências" para "tentar abrir um regime de excepção" quanto a esta empresa, informa. Se não foi possível, o serviço "terá de ser internalizado", o que terá custos; sem a "flexibilidade e agilidade" de uma empresa municipal, a internalização

"iria criar entropias". Outros municípios entenderam que não havia motivos para fechar portas, ou ainda estão a discutir o que fazer.

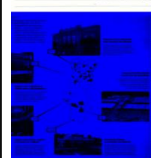
Câmara aprova, assembleia não

Em Beja, a empresa que gere o parque de exposições local tem acumulado resultados negativos nos últimos anos. O anterior executivo, liderado por Pulido Valente, decidiu "a extinção da Expobeja, mas a Assembleia Municipal chumbou-a". As decisões só se tornam efectivas após a aprovação da Assembleia.

O universo analisado pelo anuário da OTOC – único levantamento exaustivo que é público – contempla 266 empresas, enquanto o universo que tem sido usado pelo Governo conta com 334. O Governo disse ter recebido já 114 comunicações de "dissoluções, fusões e alienações" de empresas. Foi aberto um inquérito para saber o que sucedeu nas que deviam ter comunicado e não o fizeram, informou Leitão Amaro. *Com **EM**

30 CÂMARAS TÊM EMPRESAS ILEGAIS





Segundo o levantamento feito pelo Negócios, são 30 os municípios com empresas ilegais – Aveiro tem duas. A natureza das empresas é muito variada: algumas são de urbanismo, outras ligadas aos transportes, à educação ou à cultura. Também há as que se dedicam ao turismo e a feiras.



Braga

Theatro Circo depende das receitas da câmara

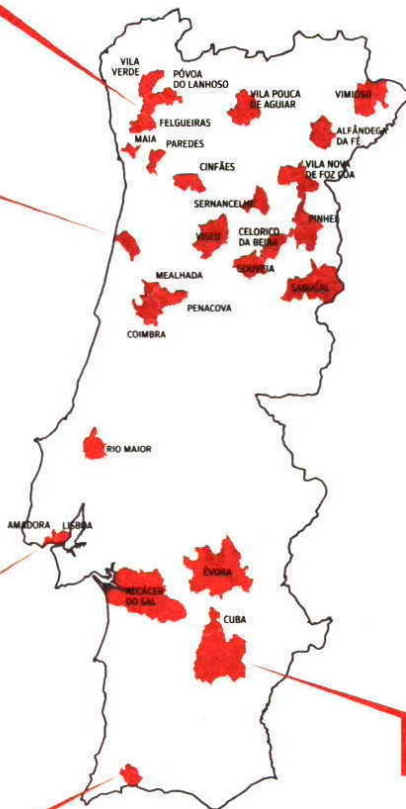
A empresa municipal Theatro Circo gere o teatro com o mesmo nome, na cidade de Braga. A empresa teve, nos últimos três anos, mais de 80% das receitas com origem na câmara. O autarca diz que a internalização vai criar dificuldades à autarquia.



Aveiro

Aveiro não extinguiu o TEMA nem a MoveAveiro

Aveiro é o único município com duas empresas que deviam ter sido extintas e não foram. A MoveAveiro dedica-se a explorar a rede de autocarros urbanos e a ligação marítima a São Jacinto. O Teatro Municipal de Aveiro gere o equipamento com o mesmo nome.



Assembleia Municipal vetou fim da ExpoBeja

A câmara de Beja decidiu extinguir a ExpoBeja, que gere o Parque de Feiras e Exposições de Beja. Mas a Assembleia Municipal opôs-se, explicou o ex-presidente Pulido Valente. A actual administração ainda não decidiu extinguir esta empresa municipal.



Beja



Oeiras

Oeiras não fecha o SATU e investe 10 milhões

O Sistema Automático de Transporte Urbano (SATU) é um metro de superfície que liga o Oeiras Parque a Paço de Arcos. A empresa municipal que o gere incumpe três critérios mas não foi extinta. Aliás, a câmara de Oeiras aprovou investir 10 milhões no equipamento.

Portimão



Portimão fintou a extinção da EMARP

A Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão (EMARP) devia ter sido extinta mas, de acordo com a Lusa, a câmara de Portimão decidiu transformar a empresa numa sociedade anónima. Com esta alteração de estatutos, o município acredita ter escapado à dissolução.